

URBANISMO, PATRIMÔNIO E SOCIEDADE NO BRASIL.

Alexandre dos Santos Rocha; José Cleilson de Paiva dos Santos; Carlos Adriano da Costa Monteiro e Mirvânia Maria da Costa Ribeiro¹.

RESUMO

O artigo se propõe em discutir a relação entre o patrimônio cultural em suas três esferas de conceituação, ou seja, o material, imaterial e natural bem como sua preservação e valorização pelos agentes sociais. Durante as análises que faremos do tema subdividido em tópicos para uma melhor apreciação, como, Evolução Urbana e Patrimônio, Urbanização no Brasil, Política e Patrimônio no Brasil e Urbanismo contra o “velho”. Estabeleceremos uma problematização a cerca da questão fundamental que vem preocupando profissionais das diversas áreas ligadas a memória como uma construção social fincada nos valores individuais e coletivos a partir da identificação que temos com os bens simbólicos e patrimoniais de nossa cultura. Discutir a urbanização como um agente de transformação de um espaço habitado por pessoas que possuem uma diversidade cultural e identitária que é forjada também em suas disputas diárias. Tentar compreender as razões que fazem com que o patrimônio tanto de cal e pedra como os saberes e fazeres se torna tão relegado com o advindo do processo de urbanização feroz na sociedade brasileira. Procurar ligar a não preservação e desapego dos bens culturais como um fator natural e histórico vindo do início da colonização europeia que deixou marcas profundas na concepção que o povo tem de patrimônio.

Palavras-chave: patrimônio, cultura, preservação, infra-estrutura, espaço urbano e sociedade.

ABSTRACT

The article aims to discuss the relationship between cultural heritages in all three levels of conceptualization, is the material and immaterial nature and its preservation and promotion by social agents. During the analysis that we split the subject into topics for a better appreciation, such as equity and Urban Development, urbanization in Brazil, Politics and Heritage in Brazil and Urban Development against the "old". We will establish an inquiry about the fundamental

¹ Artigo Científico produzidos pelos historiadores, pesquisadores, educadores nas redes estadual e municipal de educação do Ceará e acadêmicos do curso de Pós-Graduação em Museologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – sobre a orientação do Professor Ms. Antônio Roberto Xavier.

question that concerns professionals in different fields related to memory as a social construct stuck in individual and collective values from the identification we have with symbolic goods and property of our culture. Discuss urbanization as an agent of transformation of an area inhabited by people who have a cultural diversity and identity which is forged also in their daily disputes. Try to understand the reasons that cause the assets of both lime and stone as the knowledge and performance become so relegated to that coming from the urbanization process fierce in Brazilian society. Seeks to bind to non-preservation and detachment of cultural property as an important natural and historic welcome the start of European colonization has left deep scars in the conception that people have equity.

Keywords: heritage, culture, preservation, infrastructure, urban space and society.

INTRODUÇÃO

O referido artigo se propõe a discutir a relação entre patrimônio e urbanismo alicerçado nas práticas atuais de conceber o espaço como articular de relações sociais realizadas pelos agentes históricos, que lutam para se adaptar as transformações sofridas tanto por sua ação quanto pela dinâmica do meio ambiente. O foco central dessa discussão é o processo de urbanização que interfere na preservação e valorização dos patrimônios em questão que arrola na identificação do povo com sua cultura.

Discutir a relação entre o patrimônio cultural e suas divisões, como, material, imaterial e ambiental amparados nas construções individuais e coletivas dos grupos envolvidos na produção e preservação dos mesmos. Analisaremos as questões fundamentais que levam o povo brasileiro a não se identificarem com sua própria produção cultural. Apontamos algumas problematizações sobre o desapego e essa falta de tradição que interfere essencialmente na constituição da memória e formação da consciência individual e coletiva no tocante aos bens que devemos cultivar como experiência de vida no espaço-disputa de poder.

Em cada tópico que esmiúça o tema central discutiremos com ênfase as questões e problemáticas que os agentes sociais e as políticas públicas que estabelecem as diretrizes do que é patrimônio, sua preservação, valorização e difusão para que as futuras gerações não percam suas raízes históricas e culturais formadas e forjadas a partir da consciência e memória seletiva do quê e para quê se “guarda” com objetivo de lembrar ou esquecer de quem ou de quê.

Entender o crescimento urbano como uma proporção do desenvolvimento capitalista que busca adaptar a infra-estrutura urbana aos interesses individuais e coletivos e assim como a circulação de pessoas, bens e serviços. Relacionar esse crescimento urbano com o desapego à memória patrimonial do país. Entender como o ideal capitalista de consumismo promove o enfraquecimento dos valores culturais e agrega outros valores que nem sempre está ligada a construção simbólica de bases culturais. Essas bases reforçam a identidade dos sujeitos em pleno inter-relacionamento nas formações de consciência cidadã para a concepção de que precisamos preservar em nome de nossa existência cultural.

1. Evolução urbana e patrimônio.

No curso da história do homem em seu espaço de disputa podemos perceber o quanto ele se tornou “sujeito e senhor do mundo” a partir de suas criações para melhor se adaptar ao meio natural e social. Ao perceber que podia criar objetos, que podia dar a forma que desejasse a tudo que encontrava na Natureza, assim estava formando o mundo e que, porém, era “proprietário” de suas construções (AQUINO, 1980:71).

O homem torna-se consciente através de um trabalho valorativo, ou seja, ao poucos se forma humano à medida que cria seus objetos de uso pessoal e coletivo e quando se apropria das idéias que possuem significado para ele e para o grupo a qual se relacionava: criava, então, a cultura nos aspectos material e imaterial para aos poucos construir seus valores simbólicos (AQUINO, 1980).

Mas, esse homem evoluiu, ou melhor, cada grupo cultural formou o mundo a seu modo de ver e de se relacionar com as coisas a sua volta, de acordo com as próprias necessidades: cada grupo criou a sua cultura e evoluiu a partir dela, formando os aglomerados que aos poucos se complexifica para a razão das relações parentescas, econômicas e sociais estabelecidas pelos sujeitos envolvidos no processo de formação do espaço habitável.

As *idades*² vêm mudando em decorrência do processo histórico em que os sujeitos estão atuando para se conscientizar e transformar a sua própria história. Na Antiguidade, as cidades possuíam funções variadas, como, comércio, militar, política, e religiosa. As cidades que se destacaram por sua função em cerca de 4.000 a.C. a 330 d.C., no continente Asiático foram Ashur, Nínive, Babilônia, Mesopotâmia, Búblis, Sidon e Tiro, na Fenícia, e Pasárgada

² Segundo Pierre George, é quase impossível definir o que vem a ser cidade. A ONU considera cidade todo aglomerado com mais de 20 mil habitantes. Já no Brasil toda sede de município é considerada cidade, independentemente da quantidade da população.

e Persépolis, na Pérsia; no continente africano as cidades de Tebas e Mênfis, no Egito (MARINA & TÉRCIO, 2004).

Conforme parecer de Marina e Tércio (op. cit.), no período clássico por volta do século V a.C. 476 d.C. no continente europeu tiveram sua importância às cidades gregas de Atenas e Esparta, e Roma, centro de um grande império de poder econômico, social e político da época. As cidades já citadas deixaram um legado rico e complexo para servir de base para a cultural ocidental que é bastante valiosa na constituição contemporânea.

Durante o sistema político feudal do século V ao XV, as cidades possuíam um valor secundário, por conta da exploração da propriedade rural que determinava seu caráter profundamente agrário e que fazia dos senhores feudais pessoas com poderes ilimitados para comandar seus servos e de certa forma os camponeses que utilizavam a terra como bem que lhe garantiria sua sobrevivência e prover o sustento e luxo destes senhores. Esse processo vem mudando ao longo do tempo e das transformações históricas como analisa Marina e Tércio.

O crescimento das cidades e a importância que elas passaram a ter na vida das sociedades contemporâneas (sic) praticamente se consideraram com o estabelecimento da indústria como atividade essencialmente urbana. O processo de industrialização original, também chamado de Revolução Industrial, foi o grande responsável pelo início da urbanização nos países desenvolvidos e em escala mundial (MARINA & TÉRCIO, 2004:250).

Conforme ambos em meados do século XIV no período da Baixa Idade Média a atividade comercial incentivou o ressurgimento da vida urbana, muito embora as cidades estivessem situadas em áreas que pertenciam aos senhores feudais. De forma lenta, foram conseguindo se emancipar sem muitos conflitos ou por meio de algumas lutas e puderam administrar seu destino (milícia, impostos, organização política). As cidades que obtiveram mais importância nessa época foram: Florença, Gênova, Veneza, Marselha, Colônia, Bruges, e outras, todas no continente europeu (MARINA & TÉRCIO, 2004).

No momento do capitalismo comercial dos séculos XV e XVII, a reorganização da economia se produziu muito excedente de mão-de-obra do campo para os "grandes centros urbanos", que tinham atividades meio que próprias, com o artesanato e a manufatura de

alguns produtos necessários para as atividades dos grupos humanos em seus espaços sociais (MARINA & TÉRCIO, 2004).

No advento do capitalismo industrial as cidades passaram a ter cada vez mais importância para a circulação e a difusão das atividades econômicas e sociais durante o século XIX no mundo e no Brasil. As práticas industriais trouxeram um ritmo de trabalho acelerado para os proletariados que vendiam sua força de trabalho para prover o seu sustento e da família.

As transformações sofridas pelo novo tipo de produção contribuíram enormemente para mudar a concepção de valorização dos bens culturais. Pois, agora o trabalhador se tornou alienado porque não conhece a finalização de sua produção, apenas ver uma parte setorizada que o deixa aos poucos em processo de desidentificação com o seu produto. Aos poucos se constrói um sentimento de estranhamento em relação à produção individual-coletivo, ou seja, o produto é passado por várias mãos até chegar seu destino final, o consumidor.

Acreditamos que a desvalorização e a não preservação dos diversos tipos de patrimônios, como, material (casas, praças, monumentos...), imaterial (danças, comidas, artesanato, lendas...) e ambiental (falésias, rios, lagoas, dunas...) estão sendo depredados por conta do lento processo de transformação que vem enfrentando a sociedade com seu povo. Essas mudanças são causadas pelo próprio caminhar evolutivo do homem em busca de melhores condições de sobrevivência. O que interfere nesse descaso são as diversas ideologias dominantes que o sistema nos impõe, ou seja, a política, a economia e os ideais de educação tradicional e bancária de uma sociedade que preserva e difunde os valores elitistas, e que vê o outro como objeto de cobiça e especulação.

Talvez por nossa falta de tradição, legado de uma história ainda recente, marcada por longo período de colonialismo europeu, e intimamente do consumo das obras da indústria cultural que, em apurada análise também representa uma forma de império colonial, a necessidade de valorização e preservação dos bens culturais, até recentemente, atingia um pequeno número de especialistas, os quais, não adotavam atitudes que, aos olhos da maioria, assumiam características de esnobismo. A ação predatória do nosso patrimônio é motivada pelos interesses imediatistas, ocasiona problemas muito sérios, que afetam a qualidade de vida das populações agregado a sua memória e identificação cultural (COLAÇO, 2006).

Essas ideologias contribuem para que os patrimônios percam sua essência e origem de ser, pois cria um sentimento de revolta que mexe com as faculdades emocionais desses produtores de cultura, fazendo com que relegue suas próprias criações. Porque eles fazem parte de uma cultura simbólica produzidas pelos homens durante sua tentativa de adaptação.

Os bens naturais têm sofrido cada vez mais por conta da cobiça desenfreada dos donos dos meios de produção que a todo custo quer apagar com as lembranças de que um dia o homem foi senhor de suas ações.

Contudo verifica-se no mundo de hoje, uma globalização crescente dos problemas relacionados ao meio ambiente. O poder do homem sobre a natureza com ajuda da tecnologia aumentou consideravelmente com a industrialização decorrente do capitalismo comercial. A produção industrial e agrícola, o desenvolvimento das biotecnologias, a urbanização acelerada e caótica produziram um impacto negativo sobre o meio ambiente. Assim, as políticas públicas relacionadas ao tema vêm ganhando espaço nas discussões nacionais e internacionais. Culminando com decretos que tornam lei a preservação do natural e oficializando alguns pontos de extrema importância no país como patrimônio natural tombado para que se preserve a vida do homem e as belas paisagens (VIEIRA, 2001).

As atividades dos homens transformaram radicalmente a configuração da camada natural das terras do mundo. A destruição em larga escala de florestas e zonas verdes configurado como patrimônio natural de todos. Os bens naturais estão sufocados com tanta agressão e clamam por ações reparatórias, para que não venham a desaparecer totalmente do planeta. Enquanto ficamos em discussões teóricas em encontros promovidos por autoridades da área o meio ambiente sofre a cada segundo que passa milhares de espécies vegetais e animais vão sendo exterminados de seus habitats. Será que estamos no caminho certo para sanar com o problema?

A diversidade biológica, social e cultural representa a riqueza do planeta e a garantia de sua existência. A degradação intensiva dos patrimônios naturais acarreta a destruição de certas culturas e etnias. A industrialização desmedida, as queimadas e desmatamentos de florestas, a extração de minérios, as grandes barragens artificiais quando perto de comunidades traz uma alteração com destruição nas atividades diárias do grupo e interferência no patrimônio material e imaterial do espaço atingido.

2. Urbanização no Brasil.

A urbanização trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população, bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água, etc. Embora o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas as expectativas, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço (MARICATO, 2001).

As reformas urbanas, ocorridas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico pra a eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais pra um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade (MARICATO, 2001).

Conforme Maricato as reformas urbanas oriundas da industrialização lançaram as bases de um urbanismo paisagístico, voltado para um mercado, ou seja, um grupo seletivamente capitalista. Foram realizadas diversas transformações com o intuito de melhorar a infraestrutura urbanística, buscando um alto nível paisagístico, para atender a essa classe social. Entretanto, aqueles excluídos desse processo foram expulsos para áreas precárias localizadas na outra margem desses centros urbanos, dando início à tão conhecida periferia (MARICATO, 2001).

Sabemos das mudanças substanciais por que passou o Brasil durante o século XVIII, particularmente o desenvolvimento da economia mineradora na região das Minas Gerais – levou ao nascimento de um grande número de vilas³ no território brasileiro sobre constituição e jurisdição das leis ainda vigentes da coroa portuguesa (MOREIRA, 2003).

Entretanto, no século XIX que ocorreu uma intensa circulação para a fundação de novas vilas e cidades no interior das diferentes regiões do Brasil. Os fatores que foram essenciais para que esse processo desencadeasse de maneira elementar foi: a independência política do país; a expansão da economia cafeeira no Centro-Sul do país; a construção de ferrovias ligadas à economia cafeeira; exploração da borracha nos seringais da Amazônia; a colonização européia no Sul e da expansão do gado no Nordeste; o fim da escravidão com a famosa Lei Áurea em 13 de maio de 1888 (MOREIRA, 2003).

Com o desenvolvimento da industrialização a partir da primeira metade da década de 1940, foram as bases do processo de urbanização no país. Nos países desenvolvidos ou em via

³ Hoje para facilitar a administração, o município é dividido em partes, chamadas de distritos. Nos distritos há povoados bem menores que dependem de certa forma dele que é identificado por vila, ou então, comunidade na linguagem mais contemporânea.

de desenvolvimento, a urbanização ocorreu como resultado da modernização da economia: instalação de indústrias, expansão do trabalho assalariado e ampliação do mercado consumidor (MOREIRA, 2003).

A urbanização brasileira tem em sua conjuntura alguns marcos históricos relativos ao crescimento urbano. O Brasil deixou o século XIX com aproximadamente 10% da população nas cidades, no entanto desde o período colonial o país já apresentava cidades de grande porte, mas só a partir da virada do século XIX e das primeiras décadas do século XIX que o processo de urbanização da sociedade começa a se concretizar, desencadeando algumas reformas urbanísticas em diversas cidades brasileiras (MARICATO, 2001).

As migrações do campo para a cidade ocasionaram a urbanização, além do crescimento dos centros urbanos, o fenômeno implica outras transformações, dentre elas destacamos a dependência econômica do campo em relação às atividades realizadas na cidade, e a formação de um sistema integrado conhecido como rede urbana, desenvolvido na cidade (PORTELA & VESENTINI, 2005).

O padrão de urbanização brasileiro apresenta mudanças, a partir dos anos 80, que merecem uma rebuscada análise, pois embora o crescimento das metrópoles seja maior do que o do país como um todo. A urbanização brasileira foi espacialmente concentradora, resultando no incha mento das cidades que não obtiveram desenvolvimento suficiente para suprir a demanda de imigrantes (MARICATO, 2001).

Mas no Brasil esse processo de urbanização foi muito rápido e acelerado que contribuiu para o desaparecimento total dos patrimônios símbolos da cultura e memória brasileira. Em 1940 cerca de 70% da população vivia no campo. Apenas trinta anos depois vemos a população urbana sendo a maioria no total do país, alcançando a cota de 56% (MOREIRA, 2003).

O Estado para tanto atuou como principal agente da modernização da economia. Objetivando expandir a industrialização, a partir dos anos 60, o governo deu início uma política visivelmente voltada para a urbanização do país. Nesse sentido, as principais medidas tomadas foram: melhoria da infra-estrutura urbana, incentivo para indústrias se transferirem para outras regiões que não fosse apenas o Centro-Sul; expansão da fronteira agrícola, com ampliação de número de cidades médias e pequenas no centro-norte do país; investimentos nos sistemas de transportes e energia elétrica e criação de regiões metropolitanas pelo IBGE, na década de 1970, para facilitar a implementação de políticas de planejamento urbano no país (MOREIRA, 2003).

Analisando a Revolução Industrial no século XVIII, é inerente a contribuição para que as cidades se transformem em importantes pólos da economia; o progresso na indústria

atraiu um considerável contingente de pessoas, que migraram do campo para as cidades, ocasionando o processo de urbanização, oriundo da evolução das máquinas (MOREIRA, 2003).

Outro fator proveniente da industrialização foi o ritmo acelerado do crescimento das cidades de porte médio, e das cidades litorâneas de um modo em geral, evidencia a atenção devido às conseqüências socioambientais decorrentes da velocidade do processo urbanístico, como também o superloteamento urbano que não se desenvolveu suficientemente sua capacidade produtiva para atender a demanda de imigrantes que se deslocou à procura de trabalho nos pólos econômicos (MARICATO, 2001).

3. Política e Patrimônio no Brasil.

Dentro de um campo amplo, o processo de urbanização está ligado às questões econômicas e sociais, que por meio do urbanismo ver-se a necessidade de criar políticas que visam à valorização do patrimônio material traduzido nas construções de pedra e cal, como, casas e prédios. E o imaterial, com os grandes vultos da cultura popular brasileira, dentre eles, repentistas, danças, poesia, teatro de rua, folclore, folguedos e outros. Assim como discutem Funari e Pinsky.

A função social do turismo é o principal argumento para o uso do patrimônio arqueológico para fins turísticos (sic), e para preservar a cultura material e imaterial de um povo no local específico (FUNARI & PINSKY, 2007:99).

Na discussão de Funari e Pinsky o argumento é na utilização e aquisição do patrimônio nas diversas áreas relacionadas ao lazer e entretenimento não é fácil, visto que ele assume vários sentidos no decorrer do tempo e conforme a atividade econômica desenvolvida. No primeiro momento está diretamente ligado a questões familiares com a valorização de bens materiais de uso pessoal e depois com o patrimônio coletivo usufruído pelos laços de parentescos relacionados ao grupo em questão.

Visto que as questões e discussões ligadas ao patrimônio se tornaram tão essenciais que foram necessários criar políticas para regularização e sistematização do pensamento das práticas voltadas para a preservação e salvaguarda do mesmo. As leis que surgiram a partir das necessidades de definição que culminaram com os debates em congressos e conferências

para que aprovassem um documento que balizasse as ações dos sujeitos na busca pela valorização dos bens materiais.

Em 30 de novembro de 1937, Vargas assinou o Decreto-Lei nº 25, que teve por base o projeto de Mário de Andrade, criando o serviço de patrimônio histórico e artístico nacional (SPHAN), primeiro órgão federal dedicado a preservação. O artigo 1º do Decreto-Lei define como patrimônio histórico e artístico nacional como um “conjunto de bens móveis e imóveis (...) cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico e etnográfico, bibliográfico ou artístico” (FUNARI & PINSKY, 2007:20).

Como já foi mencionado em alguns momentos, o turismo urbano ou rural apresenta-se como um meio eficaz para que ocorra o desenvolvimento social e econômico de um determinado espaço, logicamente sob o respaldo do planejamento previsto nas políticas públicas gerada pela união, pelos estados e pelos municípios. No âmbito da utilização do patrimônio, há alguns tópicos que devemos considerar: como a comunidade que detém o patrimônio irá reagir e como a imposição de leis trará efeitos sejam positivos ou negativos na comunidade. Em se tratando destas temáticas, Funari e Pinsky ressaltam.

A sensibilização da comunidade, desde o primeiro passo na formação do planejamento e das políticas públicas voltadas para o turismo, determinará seu sucesso ou fracasso. De fato, o habitante local deverá estar suficientemente preparado para não se sentir “invadido” por pessoas de fora, alheias aos seus hábitos. A comunidade, convencida e suficientemente envolvida, caberá a realidade do cotidiano na vivência com o turista. O pleno comprometimento de seus diversos segmentos estimulará posturas de preservação, valorização e divulgação do patrimônio como fator de atração turística (FUNARI & PINSKY, 2007:98).

Certamente a criação de organismos que assegurem a preparação do nativo, será a mola propulsora para o crescimento consciente do urbanismo, visto que uma comunidade segura de suas diretrizes estimulará ações cidadãs de preservação. Como já foi mencionado em alguns momentos, o turismo urbano ou rural apresenta-se como um meio eficaz para que ocorra o desenvolvimento social e econômico de um determinado espaço, logicamente sob o respaldo do planejamento previsto nas políticas públicas gerada pela união, pelos estados e pelos municípios. No âmbito da utilização do patrimônio, há alguns tópicos que devemos considerar: como a comunidade que detém o patrimônio irá reagir e como a imposição de leis trará efeitos sejam positivos ou negativos na comunidade. Em se tratando destas temáticas, Funari e Pinsky ressaltam.

A sensibilização da comunidade, desde o primeiro passo na formação do planejamento e das políticas públicas voltadas para o turismo, determinará seu sucesso ou fracasso. De fato, o habitante local deverá estar suficientemente preparado para não se sentir “invadido” por pessoas de fora, alheias aos seus hábitos. A comunidade, convencida e suficientemente envolvida, caberá a realidade do cotidiano na vivência com o turista. O pleno comprometimento de seus diversos segmentos estimulará posturas de preservação, valorização e divulgação do patrimônio como fator de atração turística (FUNARI & PINSKY, 2007:98).

Ressaltamos que embora haja sintomas de políticas voltadas para a valorização e promoção dos bens materiais e imateriais, infelizmente não é possível assegurar a eficácia da mesma, pois a União e os estados membros pouco têm feito para desenvolver tais projetos, ficando a caráter dos municípios a criação de mecanismos que promova a consolidação das políticas, que além de alcançar seus objetivos, propicia também, construir preceitos que engrandecem o conjunto de indivíduos com valores de cidadania nos movimentos da coletividade.

Resumidamente podemos concluir que a inclusão do patrimônio no elenco das potencialidades turísticas deverá ser precedida de uma legislação única e específica dando todas as garantias necessárias para sua preservação e valorização. Isso porque o que está em jogo são valores incalculáveis para comprovação da herança cultural de um povo, sejam estes

valores oriundos dos indígenas, africanos, europeus e de suas mesclas. O crescimento urbano deveria atender os anseios das comunidades por meios de planejamentos que engrandecam e consolidem as relações capitalistas e ao mesmo tempo fortifiquem os laços culturais entre os povos.

4. O urbanismo contra o “velho”.

Dentro das dimensões estruturais da área urbana, as cidades brasileiras nos últimos 50 anos tiveram um grande crescimento; tanto horizontalmente como verticalmente, promovido por um processo de modernização do centro urbano⁴, impulsionado pelo capitalismo internacional, pelos fluxos migratórios de populações do campo para as metrópoles. Tendo em vista a função deste espaço nas últimas décadas, está voltado para o desenvolvimento contínuo e acelerado das relações comerciais dentro e fora das dimensões urbanas da cidade, interferindo até na relação com o campo. Contudo, o Estado interferiu criando e modificando a própria infra-estrutura da cidade, sempre para atender a essas necessidades estruturais.

O que marcava o enraizamento cede espaço um novo uso da cidade. Hoje, a cidade é atravessada por carros numa série de trajetos. Daí os Governos terem transformado radicalmente as ruas da cidade em artérias de velocidade criando, para isso, uma infra-estrutura que facilite esse mesmo uso da cidade como espaço de passagem (MARCONDES, 2004:59).

Como efeito deste processo de modernização do espaço urbano nas cidades brasileiras, ocorre a transformação da estrutura já existente como prédios, praças, ruas, calçadas e parques. Onde ouve uma enorme descaracterização destes espaços por meio de adaptações da infra-estrutura, ou até mesmo a eliminação desses espaços que constantemente muda de década em década como consequência da globalização, o qual tem levado a uma perda dos antigos traços originários destes monumentos arquitetônicos. Modificando frequentemente o

⁴ Segundo Ernest Burgess, é o termo moderno para o conceito de zona de transição, inicialmente introduzido em sua teoria de zona concêntrica de desenvolvimento urbano. JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 33.

visual da cidade, tendo em vista que ela deve adequasse aos padrões de modernidade, para promover uma circulação rápida e eficiente das mercadorias e dos consumidores que geralmente necessitam locomover-se dentro da própria cidade de vários locais e de varias maneiras, foi necessário mudar ou modificar as vias urbanas como também modernizar meios de transportes públicos. No qual temos como exemplo a metrópole de Fortaleza, onde uma série de medidas como o Metrofor, duplicações de avenidas e rodovias (BR e CE) tem transformado rapidamente a face dessa metrópole.

Em termos de transporte, a cidade conheceu praticamente tudo. Todas as modalidades experimentadas tinham no centro a área de fluxo e refluxo de passageiros. O aguardado e caro metrô certamente acentuarão rádioconcentricidade histórica da cidade e significará um grande reforço na centralidade exercida por Fortaleza (SILVA, 2005:95).

Com o passar do tempo às relações entre o público (praças, parques, ruas e calçadas) e o privado (residenciais, prédios comerciais, empresas) dentro das dimensões espaciais da cidade, tem sofrido uma interferência direta dos ideais capitalistas de propaganda e consumismo, pois, os espaços caracterizados como públicos foram bombardeados descaradamente por propagandas em letreiros luminosos e *outdoors*, os quais invadem e descaracterizam as reais funcionalidades desses espaços para o qual foram criados, interferindo também nas relações entre o homem e a cidade. “As pessoas já não estão lá para se encontrar, passear, fazer comércios, passeatas, reuniões pequenas ou grandes, que tinham importâncias forte efeito social no passado” (MARCONDES, 2004:57).

Até mesmo os espaços privados que outrora representava a imponência da cidade com seus grandes prédios envidraçados, imponente sobre os homens, carros e multidões que aos pés destes monumentos circulavam nas ruas entrelaçadas da cidade. Hoje suas fachadas são recobertas por letreiros que se sobrepõem á sua antiga imponência, subjugando-o aos interesses capitalistas, o qual controla e manipula toda infra-estrutura através das representações governamentais. O próprio homem morador da cidade hoje de certa forma nega a importância arquitetônica e estrutural destes prédios que tanto podem ser antigos como novos, pois além dos letreiros e *outdoors* tem que conviver com atos de vandalismos, o qual depreda e picha as fachadas.

Em relação à arquitetura, que em outros contextos significava a própria vida física da cidade, testemunha do passado, enraizamento, hoje passa a ser, ao contrário, espaço de veiculação publicitária, em que os luminosos e outdoors praticamente se sobrepõem a cada um desses edifícios, negando-os, anulando-os... Mais há também outras formas de demolições; as pichações vândalas, na medida em que sistematicamente se impõem à fachada de cada um desses prédios, é o sinal de uma falência do visual urbano (MARCONDES, 2004:59).

Um dos aspectos importantes do urbanismo, é que, por ser uma atividade humana, se baseia na transformação do local já existente, em algo novo constituído pelo homem, o que faz deste novo espaço mais valorizado do que o antigo, isso cria uma especulação de valores entre o valor do espaço natural (não urbano) e do espaço já urbanizado. É neste aspecto em que se baseia a valorização do solo das cidades brasileiras, locais já adaptados às necessidades da própria cidade, mais que é necessário observar como ocorreu o processo de transformação desse local antes natural, hoje urbanizado, e questionar, em que o espaço natural foi afetado, quase mesmo destruído durante o processo.

O desenvolvimento do processo de reprodução do urbano englobando terras até então ociosas ou rurais dá-se através de um processo de integração que tende a aumentar a demanda por terra. Nesse sentido, o acesso a terra é feito de forma cada vez mais segregada. Ora utilizadas enquanto meio de produção, ora incorporada ao universo aos bens necessários à manutenção da vida. Por outro lado, seu monopólio, separado das condições de meio de produção ou moradia, e a partir do desenvolvimento delas, passa a ser fonte de renda na medida em que no circuito econômico como realização do processo de valorização que a propriedade privada confere ao proprietário (CARLOS, 2005:53).

O homem é um ser ideológico, por mais que ele não compreenda isso influencia no seu ato concreto de realizar algo. Tomemos como objeto a cidade que por sua vez, é fruto do trabalho humano ao longo da história. Ao adentrarmos nos inúmeros espaços internos deste local, observamos a influência de diferentes épocas, e diferentes idéias de urbanismo, a cidade

tem em seus espaços uma memória impregnada tanto nos monumentos arquitetônicos quanto nas pessoas em que nele habita. Ao observarmos esses espaços encontramos monumentos ideológicos, que mesmo estando parados passam o ideal aparente em seus objetivos quando construídos. São igrejas, fortificações, mercados, portos, indústrias, hotéis, presídios, hospitais, escolas, *shopping centers*, todos emanados de ideologias de diversos tipos e diferentes épocas, todas pertencendo ao mesmo espaço.

4.1 O Centro da cidade.

O centro é de onde parte todo o controle social, econômico e político, em todas estas dimensões expondo o controle que exerce sobre o restante do espaço urbano da cidade. A periferia sobrevive em cima das expectativas do centro, ela que resolve os problemas criados pela própria exposição do centro a periferia, o centro econômico geralmente constituído nas áreas mais antigas da cidade, encontra-se quase todos os comércios a cidade tanto logístico quanto empresarial onde encontram neste local uma infra-estrutura já existente, possível de transformações, mediante sua necessidade a transformação a transformação deste espaço e fundamental para criar uma identidade aquele espaço, voltada para atender as exigências comerciais e ideológicas da modernidade progressiva do capitalismo financeiro.

O centro político hoje afastado dos demais setores tem função contrária do econômico, tem em seu isolamento das grandes massas uma espécie de refugio de manifestações, greves, passeatas, as décadas passadas perturbaram o sossego dos políticos brasileiro, já os centros sociais melhor falando as massas populacionais encontrados nas periferias distantes dos centros políticos e econômicas vivendo as margens das cidades, crescem desproporcional enquanto o centro econômico cresce na vertical, a periferia cresce na horizontal promovendo maiores efeitos na estrutura urbana, pois demanda mais infra-estrutura para áreas ainda não urbanizada, água, luz, pavimentação, hospitais e seguranças, são exemplos comuns dessas necessidades pelo quais as periferias passam diariamente.

Observando o problema do vandalismo urbano tem sua origem uma falta de reconhecimento do homem frente ao patrimônio arquitetônico, ele não se reconhece mediante a este processo, essa exclusão pelo qual passa esse homem, oriunda da exploração do homem sobre o próprio, semelhante cria nessa exploração as causas para a revolta, à degradação o vandalismo que por muitas vezes julga o vândalo como o único culpado deste crime, ignorando a culpa da própria estrutura vigente que explora e destrói os sonhos de uma cidadania utópica.

4. Considerações finais.

Portanto, o devido trabalho, sobre a temática abordada requer de nós uma compreensão mais aprofundada sobre a relação que existe entre o urbanismo e patrimônio, para que haja uma consciência de preservação da memória material e imaterial. Para que essa consciência exista precisamos estabelecer políticas públicas mais eficazes para direcionar as ações e fiscalização mais presente e eficiente no tocante ao papel do Estado de direito.

Durante as discussões pudemos perceber que a não valorização e preservação desses bens culturais está relacionado com o processo de transformação dos espaços urbanos em espaços de intensa exploração econômica alicerçada nas bases do capitalismo de consumo, no qual promove a destruição dos patrimônios para adequar o espaço urbano a essas novas tendências do urbanismo.

Mas um fator essencial para essa desvalorização da população aos bens culturais foi a formação histórica que se deu no Brasil com a colonização européia no continente. Os europeus trataram logo de aniquilar a cultura dos povos que eles chamaram de “índios”, tendo em vista que a sua era a melhor e em nome disso deveria escravizar e impor seu modo de pensar e de conceber as manifestações do meio social.

Outra situação que traz também a desvalorização e desapego a esses bens é o fator climático nas zonas rurais que perdurou durante o século XIX e XX no Brasil, especificamente no nordeste. Foi às secas e a miséria que assolavam o sertão nordestino que contribuíram para o desapego e falta do sentimento de pertença de seu povo em relação aos bens locais que eles próprios produziam para lhe suprir temporariamente até a próxima estiagem.

Já nos grandes centros urbanos essa desvalorização ocorre tanto pelos grupos imigrados que vão para a periferia e consigo trazem arraigada a cultura do desapego aliado à constituição do que seja patrimônio. Quanto ao pensamento de exclusão que permeia o pensamento do homem urbano que não se reconhece diante do processo de modernização da cidade, no qual leva o indivíduo a banalização dos espaços culturais de memória coletiva.

Cabe a nós enquanto cidadãos de direito e agentes históricos contribuir juntamente com o Estado por meio de ações coletivas, políticas públicas, educacionais e sociais tanto nas escolas quanto na família e na sociedade para que haja uma conscientização de que é preciso preservar porque a vida humana depende dos bens culturais que produz. Que nos identifica enquanto transformadores do meio social em que estamos inseridos.

5. Referências bibliográficas.

- AQUINO, Rubim Santos Leão de, et al. *História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- COLAÇO, Soraia (org.). *Apostila de Sociologia do Lazer e do Turismo*. Fortaleza: Artes Gráficas Cosme D' Almeida, 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8 ed., São Paulo: Contexto, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime. *Turismo e Patrimônio Cultural*. 4 ed., 1 reimp. São Paulo: contexto, 2007.
- GEORGE, Pierre. *O homem na terra: a geografia em ação*. Lisboa, Edições 70, 1993.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MARINA, Lúcia e Tércio. *Fronteiras da Globalização*. 1 ed., 1 impres. São Paulo: Ática, 2004.
- MOREIRA, Igor Antonio Gomes. *Construindo o espaço*. São Paulo: Ática, 2003.
- MARCONDES, Ciro Filho. *Sociedade Tecnológica*. 1 ed., São Paulo: Scipione, 2004.
- PORTELA, Fernando e VESENTINI, José. *Êxodo e Urbanização*. 17 ed., 2. impr. São Paulo: Ática, 1943.
- SILVA, José Borzacchiello da. *Nas trilhas da Cidade*. 2 ed., Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2005.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. 5 ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.